

## Os corregedores minhotos face às Invasões Francesas

Henrique José Martins de Matos

Mestre em História Moderna e Contemporânea pela Universidade do Minho

# Os corregedores minhotos face às Invasões Francesas

El libro es, esencialmente, reflexión sobre la vida y la muerte sobre José Napoleón Bonaparte de Francia, emperador de los franceses y archiduque en 1802 en su momento de sus coronas de Luis XVI, Bernardo José de Páez, emperador de Brasil, como tirado por populares y el papa, en marzo de 1809 y Antonio Manuel Borges, emperador de las Américas, y el papa de México, que viene a ser, como, el papa de los emperadores, el papa de los emperadores.





A comunicação que se apresenta neste Congresso pretende analisar a acção dos corregedores das comarcas do Minho, durante o período das invasões francesas, particularmente durante a primeira e segunda invasões, em articulação com as instituições locais e regionais existentes, câmaras e Governo das Armas da Província, bem como as instituições criadas no âmbito do processo revolucionário de Junho de 1808 na generalidade dos concelhos, as Juntas Provisionais e a Junta Provisional do Governo Supremo, erigida na cidade do Porto.

Será, portanto, uma visão mais localizada das invasões francesas e do seu impacto na região do Minho, a partir de uma figura central da administração que estabelece uma estreita articulação entre o poder central e o poder local, pelo que será possível acompanhar a actuação deste magistrado, nesta difícil e por vezes ambígua, e como tal incompreendida, tarefa de obedecendo às instruções centrais emanadas do Príncipe Regente ou da administração instituída à ordem de Napoleão, se articular com as autoridades e populações locais que, por força dos movimentos restauracionistas de cariz revolucionário, surgidos como reacção à ocupação francesa, rapidamente rotulam de afrancesados ou colaboracionistas os que, efectivamente, serviram às suas ordens, bem como os que, ocupando cargos na administração política, militar e mesmo religiosa e procurando, numa situação de facto – sobretudo a ocorrida depois do movimento de reacção à ocupação de Junho de 1808 e no teatro de guerra de 1809 no Norte do país –, as melhores formas de evitar a opressão do povo, foram vítimas da fúria popular. José Tengarrinha contabilizou-os: dez juizes de fora, sendo que um deles foi assassinado; sete corregedores, sendo três deles assassinados (o de Évora, o de Braga e o de Barcelos, estes últimos em 1809); preso o arcebispo de Évora; assassinado todo o quartel-general dos exércitos do Norte em 1809, entre os quais o general Bernardim Freire de Andrade.

É com este enquadramento, traduzida na violência exercida sobre João Nepomuceno Pereira da Fonseca, corregedor de Barcelos e arcabuzado em 1809 na sequência de um Conselho de Guerra, Bernardo José Passos, corregedor de Braga e assassinado por populares em Braga, em Março de 1809 e António Manuel Borges, corregedor de Guimarães, vítima de tentativa de assassinato, que vamos apresentar a acção dos corregedores minhotos em quatro situações distintas:

- . num período inicial marcado pela obediência às instruções do Príncipe Regente na altura da ida da Corte para o Brasil e na sua sequência, a ocupação francesa de 1807 e 1808;
- . um segundo momento será a análise do papel dos corregedores no processo revolucionário iniciado em Junho de 1808;
- . um terceiro momento será dedicado à acção dos corregedores em articulação com as



autoridades nacionais instituídas depois da sublevação de 1808 e dos preparativos para a previsão de uma nova invasão que ocorrerá em 1809;

. será também dado um breve destaque à figura do Corregedor das Comarcas do Minho, criado por Soult em 1809.

A análise que fazemos é suportada, essencialmente, em pesquisa efectuada nos arquivos municipais da região, sobretudo as actas das vereações municipais, mas também nos fundos documentais relativos às juntas governativas, que nos permite aperceber da articulação dos corregedores envolvidos com as câmaras, com as juntas governativas e também com o Governo das Armas da Província, averiguando fundamentalmente o modo como os corregedores se envolveram directamente nas questões relativas à organização da defesa militar, à organização dos serviços de apoio ao exército, à administração financeira, aos processos políticos e à segurança das populações.

## 1. Breve enquadramento das 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> invasões francesas.

Entre 1807 e 1811 o país esteve sujeito às invasões dos exércitos napoleónicos por três ocasiões.

Durante os anos de 1808 e 1809, período de tempo a que vamos dar particular atenção nesta comunicação, como reacção à ocupação política e militar de Junot e Soult, surgiu um movimento contra o invasor francês que Vasco Pulido Valente definiu como uma revolta nacional, da qual o povo foi o principal agente e motor<sup>1</sup> e que se iniciou com concorridas assembleias mais ou menos espontâneas e às quais aderem, num segundo momento e como que forçadas pelas circunstâncias, as autoridades e as figuras de destaque dos concelhos.

O movimento restaurador de 1808 tendo tido os seus prenúncios no dia 6 de Junho no Porto, rapidamente se fez sentir a outras terras, como Braga e Chaves no dia 8, Melgaço no dia 9, Bragança no dia 11, no dia 13 em Miranda, e a 16 em Vila Real. No entanto, este só se reafirma decisivamente a 18 do mesmo mês na cidade do Porto e na vila de Guimarães<sup>2</sup>, no dia 19 de Junho em Viana, espalhando-se posteriormente pelos municípios do Minho, no dia 20 em Braga, Barcelos e Caminha, no dia 21 em Vila Nova de Cerveira e em Esposende e a 22 em Ponte de Lima.

Nestes movimentos revolucionários, e em alguns concelhos, o povo está, efectivamente, presente na sua origem, dominando os acontecimentos e obrigando as autoridades e as elites locais a aderirem; noutros municípios a restauração é apresentada como uma iniciativa conjunta dos vários corpos sociais e das autoridades locais, mas onde a presença do povo é, mais ou menos, destacada<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> VALENTE, Vasco Pulido, "O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809", *Análise Social*, n.º 57, 2.ª série, Vol. XV, 1979. Também em Espanha, são os povos que, num movimento de insurreição, substituem a Junta de Governo, entidade criada por Fernando VII antes de abdicar, e as velhas autoridades como o Conselho de Castela, por uma nova instituição "cuya única legitimidad es la voluntad del pueblo que las elige". ARTOLA, Miguel, "La burguesia revolucionaria. 1808-1874", *Historia de España Alfaguara V*, Ediciones Alfaguara, Madrid, 1983.

<sup>2</sup> NEVES, José Acúrsio das, "História Geral da invasão dos franceses em Portugal e da restituição do reino, tomo II, IV e V" in *Obras completas de José Acúrsio das Neves*, Edições Afrontamento, Porto, s/data, vol. 2, p. 87, refere ter havido algumas disposições já no dia 17 no sentido da eclosão do movimento restaurador, o que não é confirmado nos registos dos acórdãos municipais, tendo mesmo no dia 18 de Junho procedido à tomada de posse de um vereador de barrete, por ordem do Desembargo do Paço, e em nome do imperador dos franceses.

<sup>3</sup> TENGARRINHA, José, *Movimentos populares agrários em Portugal*, I e II volume (1808-1825), Publicações Europa-América; Mem Martins, 1994, p.41. Neste estudo José Tengarrinha refere ainda que os movimentos restauracionistas de 1808 não foram, na sua maioria dos casos, iniciativas das classes populares, mas das autoridades. Revela igualmente o autor, que estes movimentos tiveram uma maior concentração junto à fronteira com a Espanha, assim como nos locais mais afastados de Lisboa, o centro de decisão do poder francês.



Este movimento é, no entanto, rapidamente encabeçado pelas autoridades instituídas, o governo das armas, as câmaras, os magistrados régios, as instituições eclesiásticas, mas também os letrados, os militares, os negociantes. Depois, a “arraia-miúda” parece ficar ausente da dinâmica organizadora dos órgãos políticos saídos destes movimentos, as Juntas de governo, surgidas depois de Junho de 1808. Em analogia com o movimento restaurador espanhol, refira-se que também aqui é o povo quem tem o papel impulsionador da resistência. Sobre a sua representatividade nas Juntas, José Sánchez Jiménez refere que o Terceiro Estado passa a estar bem representado nas Juntas provinciais, depois de se constituir a Junta Suprema Gubernativa del Reino, erigida em Aranjuez a 25 de Setembro de 1808<sup>4</sup>, facto que não se verifica em Portugal.

Evidentemente que a actuação, assim como os interesses, destes grupos são diferentes. Por um lado, as classes dominantes pretendem enquadrar no sistema estabelecido as manifestações de patriotismo, mais ou menos exacerbadas, que surgiram. Em contrapartida, o povo manifesta-se mais anarquicamente, transformando, muitas vezes, a sua acção em movimentos de guerrilha, contra tudo e contra todos, debaixo do conceito de “afrancesado”.

<sup>4</sup> JIMÉNEZ, José Sánchez, *La España contemporánea. 1808-1874*, Vol. I, Ediciones ISTMO, Madrid, 1991. p. 98.

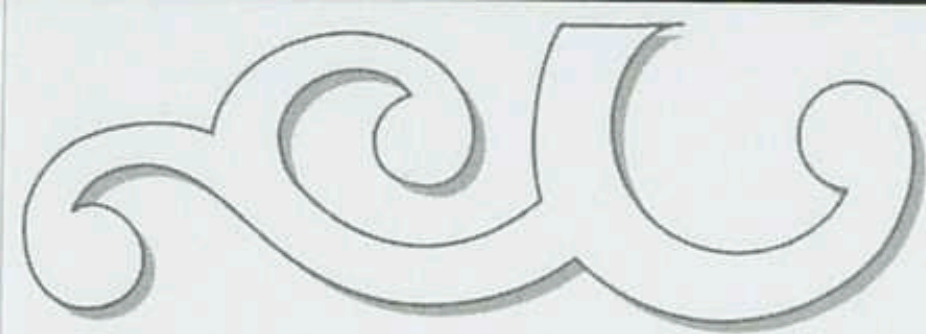
Já em 1809, a reacção contra o invasor é feita dentro do enquadramento militar, mas a acção bélica tem um perfil de uma guerra nacional<sup>5</sup> em que para além das tropas profissionais, há a participação dos corpos da nação que voluntariamente integram corpos militarizados<sup>6</sup>.

A acção militar francesa faz-se sentir no Minho nos inícios do mês Fevereiro, sobretudo nos concelhos fronteiriços, em virtude da concentração das tropas francesas na Galiza, ocorrendo as primeiras tentativas de invasão através do rio Minho, em Vila Nova de Cerveira e Caminha a 16 de Fevereiro. Frustrada esta tentativa Soult decide entrar em Portugal por Trás-os-Montes, conquistando a praça de Chaves a 10 de Março. A acção francesa no Minho começa a ocorrer a partir de 14 de Março, altura em que as tropas de Soult, depois de conquistada a praça de Chaves, iniciam a sua progressão em direcção a Braga. Os relatos de Luz Soriano, do francês M. Le Noble e do inglês W. F. P. Napier, permitiram-nos acompanhar a evolução das tropas ao longo da segunda invasão. É assim possível traçar a evolução da ocupação dos principais pontos desta região: Braga é ocupada a 20 de Março, e daqui saem destacamentos para as vilas circunvizinhas, como Barcelos, onde os franceses são recebidos pelo corregedor; o Porto é ocupado a 29 do mesmo mês. A passagem das tropas francesas por Braga e a decisão militar

<sup>5</sup> Conceito apresentado por José Sánchez Jiménez, que distingue guerras políticas de guerras nacionais. Enquanto as primeiras se referem a guerras levadas a cabo por profissionais, às tropas unem-se agora o povo que actua contra o inimigo estrangeiro. O modelo que o autor apresenta para Espanha, penso poder igualmente ser aplicado em Portugal no ano de 1809, onde são inúmeros os exemplos de batalhões voluntários criados nos concelhos analisados. JIMÉNEZ, José Sánchez, *La España contemporánea. 1808-1874*, Vol. I, Ediciones ISTMO, Madrid, 1991. p. 82.

<sup>6</sup> A participação de alguns grupos sociais no movimento restaurador e de luta contra o ocupante vai ser aproveitada posteriormente para solicitarem a concessão de benesses e compensações do monarca. Na Caixa n.º 15 do *Fundo Barca-Oliveira* do Arquivo Distrital de Braga, que é constituído, em parte, pelo espólio do Conde da Barca, António de Araújo Azevedo, na altura Conselheiro de Estado, estão cópias de várias petições ao monarca, como compensação pelo papel desempenhado durante as guerras napoleónicas, sendo todas elas oriundas de membros das altas classes sociais da época. É o caso de Jerónimo Vaz Vieira da Silva Melo e Nápoles, fidalgo vimaranese, cavaleiro da Casa Real que por não ter incorporado o exército debaixo das ordens francesas, por ter participado no acto de aclamação, por ter contribuído com donativos e por ter guardado armas e dinheiros públicos, conforme procura comprovar com atestações, solicitava a *grassa do título onorífico de Visconde do Toural de Guimaraens, ou de S. Martinho de Sande freguesia que cuase toda he do suplicante distante da ditto Vila huma legoa, e mais ser despachado Tenente Coronel de cavalaria, Governador agregado a Vila do Conde, ou para o Regimento de Cavalaria n.º 12*, em compensação cedida ao Estado todas as dívidas que este lhe devia. Também um vereador da câmara de Valença, João António Botelho da Ponte, que em 1809 serviu de Juiz pela ordenação, realça a sua acção na praça de Valença, fazendo questão de salientar o risco da sua própria vida, como faz tensão de comprovar com diversas atestações. Apesar dos *ditos serviços do suplicante [serem] do seu dever, e de hum vassalo de V. A. R. descendente de nobres famílias, que constão da Sentença justificativa ultimamente junta contudo he certo que V. A. R. por sua augusta benignidade os costuma agradecer; e como o suplicante sendo Nobre e de distinto Sangue não tem insignias, que no Publico o distinguão, e tendo bens da fortuna não ainda tantos, com que possa sustentar a sua numeroza familia e nobreza como deve, principalmente depois da destruição e roubos, que os Francezes lhe fizerão e projuizos que lhe cauzarão, não só na sua saude, andando aos banhos pello reino da Galiza, mas tambem suas filhas donzellas vagando pellas serras expostas aos acontecimentos de semelhantes sitios, fugindo a Luciferina furia; motivos estes, que hão de mover a Real piedade por tanto. De idêntico teor é a súplica do Administrador dos Tabacos e Sabões da vila e comarca de Barcelos, António Sequeira Vilaça, que por ter animado os seus pares a pegarem em armas contra os franceses, por ter sido dos primeiros a contribuir com donativos e ter sido preso e maltratado pelas tropas de Soult, pedia para *V. A. R. se digne fazer-lhe a Graça da primeira cadeira que vagar na ditto Collegiada de Barcellos para hum dos filhos do suplicante*.*





de retirar estrategicamente o exército para a defesa da cidade do Porto provocou uma onda de reacção popular violenta, que teve como nefasta consequência o assassinato do corregedor de Braga, Bernardo José Passos e do general em chefe do exército português Bernardim Freire de Andrade e do seu quartel-mestre general Engenheiro Custódio José Gomes Vilas Boas e que se alastrou pela província, nomeadamente em Vila Fria, nas redondezas de Viana, onde pereceram também dois dos ajudantes de Bernardim Freire de Andrade. É também nestas circunstâncias que se verifica a morte do corregedor de Barcelos, José Nepomuceno Pereira da Fonseca. Depois de conquistado o Porto, prossegue a ocupação do Alto Minho, verificando-se a passagem das tropas por Ponte de Lima, onde se assinalam intensos combates a 8 e 9 de Abril, em direcção a Valença, que ocupam no dia 10, e daí prosseguindo até Viana, onde chegam no dia 13 de Abril, depois de ocupar Vila Nova de Cerveira e Caminha, estabelecendo a ligação entre o Porto, centro político de Soult, e Vigo onde estava estacionado o resto do contingente de Soult, que não entrou em Portugal. A acção militar francesa só termina depois da entrada no Porto das tropas nacionais e aliadas a 12 de Maio, e da sua perseguição até à Galiza, que ocorreu a 17 de Maio desse mesmo ano de 1809, depois das célebres passagens por Salamonde e pela ponte da Misarela, na serra da Cabreira.

Revolta nacional em 1808 e guerra nacional em 1809, representam o levantar de um povo, que Pulido Valente caracteriza como o maior levantamento popular feito na história de Portugal<sup>7</sup>.

## 2. A acção dos corregedores.

Os corregedores, considerados como os primeiros magistrados das comarcas, têm no domínio das suas competências, estabelecidas pelas Ordenações do Reino, jurisdição essencialmente no domínio da justiça, da política e da polícia, bem como muitas outras decorrentes de legislação extravagante e de providências isoladas.<sup>8</sup> É por esta magistratura, bem como, entre outros, pelos juízes de fora e provedores, que o estado central prolonga o seu braço à periferia, estruturas político-administrativas locais, nomeadamente os concelhos.

<sup>7</sup> VALENTE, Vasco Pulido; "O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809", *Análise Social*, n.º 57, 2.ª série, Vol. XV, 1979, pp. 7-48. Por seu turno José Tengarrinha não considera tratar-se de uma "autêntica revolução popular", antes de uma insurreição, precisamente pelo facto de ter sido superiormente enquadrada. TENGARRINHA, José, *Movimentos populares agrários em Portugal*, II volume (1808-1825), Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994, p. 49.

<sup>8</sup> HESPANHA, António Manuel; *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal. século XVIII*, Livraria Almeida, Coimbra, 1994, p. 201.



Não pretendendo caracterizar a acção dos corregedores nesta relação entre o centro e a periferia, não tendo, portanto, analisado os capítulos de correição dos corregedores nestes municípios<sup>9</sup>, queremos apenas analisar a acção destes magistrados régios, tanto com as autoridades instituídas, e de um modo particular os municípios, mas também o Governo das Armas da Província do Minho, bem como com outras que surgiram para fazer face à desagregação da autoridade do Estado central, as Juntas, e que a um nível local e regional vão centralizar em si competências que cabiam essencialmente à administração central. Os corregedores vão também alargar o seu leque de competências, sobretudo ao nível da administração militar, preocupação dominante nestes conturbados anos de 1808 e 1809.

Os corregedores que ocuparam as comarcas da Província do Minho durante o período estudado são os que constam do seguinte quadro:

Os corregedores minhotos ao tempo das Invasões Francesas		
Braga	1807-1809	Bernardo José Passos
	1810-1811	António de Barros Figueiredo Cardoso
	1811	António Vieira de Tovar e Albuquerque
Barcelos	1807-1809	João Nepomuceno Pereira da Fonseca
	1809-1811	Domingos José Vieira da Mota Gomes
Guimarães	1807-1809	António Manuel Borges da Silva
	1809-1811	Francisco António de Castro
Valença	1807-1808	Francisco Xavier de Montes Magalhães
Viana	1807-1809	Luís António Branco
	1809-1810	Domingos José Vieira da Mota Gomes
	1810-1811	Francisco Oliveira Silva

### 2.1. O cumprimento das ordens do Príncipe Regente. O Minho debaixo da ocupação francesas (1808-1809).

Na sequência do ultimatum francês e espanhol de Agosto de 1807 e do Tratado de Fontainebleau, assinado em finais de Outubro de 1807, entre a França e a Espanha, o processo conducente à invasão de Portugal era inevitável, pelo que o governo português, assentando numa perspectiva da invencibilidade dos exércitos napoleónicos, determinou por um decreto de 26

<sup>9</sup> Estudados por José Viriato Capela; *Política de corregedores. A actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)*, Universidade do Minho, Braga, 1997.





de Novembro que não fosse levado a efeito qualquer resistência e que os invasores fossem bem recebidos, nomeadamente *que as tropas francesas fossem bem aquarteladas e assistidas de todo o necessário: evitando-se todo e qualquer insulto que se pudesse perpetrar, castigando-o quando acontecesse, e conservando sempre a boa harmonia que se deve praticar com os exércitos das nações a que nos achávamos unidos no continente*. Ao mesmo tempo a Corte embarcava para o Brasil e em Portugal ficava uma regência de cinco membros e dois secretários, presidida pelo marquês de Abrantes.

Dando cumprimento ao Tratado de Fontainebleau que atribuía o Norte do país a Espanha, a divisão do general Carrafa, que acompanhou Junot na entrada do país, dividiu-se dele em Abrantes e rumou ao Norte onde encontrou no Porto a divisão de Taranco, composta de seis mil homens, que se tinha formado na Galiza e que entrou pelo Minho e seguindo a estrada de Valença alcançou o Porto, onde faz uma proclamação aos habitantes do Minho e de Trás-os-Montes para que vivessem quietos e tranquilos na confiança de que o seu exército os não incomodaria nas suas leis, usos e costumes. A união das divisões de Carrafa e Taranco juntavam no Minho dez mil soldados.

A documentação coligida nos livros de registo das sessões da câmara de Barcelos dos dias 5 e 9 de Dezembro de 1807 permitem situar a evolução do exército espanhol em território da comarca de Barcelos, bem como verificar as preocupações da câmara em cumprir as determinações dadas pelo corregedor da comarca sobre o aquartelamento das tropas francesas e espanholas e que incidiam nos:

- métodos de se fazerem os aquartelamentos e transportes;
- fornecimento de víveres às tropas;
- procedimentos a ter na sua recepção.

Pela acta do dia 5 de Dezembro de 1807 é possível acompanhar a execução destas determinações, traduzidas na elaboração de uma relação de todos os aquarteladores da vila de Barcelos e Barcelinhos; do número de bestas que cada um tinha; da notificação dos possuidores de animais de carga para que *nam vendam nem distraiam as suas bestas, nem as aluguem por dias mas somente por forma que venham todos os dias dormir a suas cazas, para no cazo de por esta villa passarem algumas tropas as terem promptas para o transporte para outro povoado*<sup>10</sup>; das instruções dadas aos juizes e eleitos das freguesias do termo para que cada em cada freguesia

<sup>10</sup> Arquivo Municipal de Barcelos; Livro de registo de sessões da câmara, 1806-1810, livro n.º 36, fls. 72-73v.



fosse elaborado um rol com a indicação dos proprietários de dez carros para que estivessem prontos para que no cazo que aqui passem as tropas, serem chamados para lhe conduzirem as vagajes.

No que respeita ao fornecimento dos víveres foram dadas ordens às padeiras da vila para terem pronta mais farinha do que a necessária normalmente para no cazo da passage das tropas, logo possam cozer o pam necessário para elas, com pena de pagarem seis mil réis pagos da cadea e serem suspensas para nunca mais cozerem.

No que concerne aos procedimentos a ter na recepção às tropas a câmara determinou que logo que houvesse notícia da passagem das tropas francesas ou espanholas fosse deitado bando e se afixassem editais na vila e no termo para que *tanto que chegarem as tropas as tratem com o agazalho, caridade e bom tractamento como nossos amigos e que vem em auxilio, tendo todas as cautellas, per si, seus filhos e creados, de lhe nom dizerem palavras offencivas ou que os escandelizem com ellas ou algumas acções que os possam molestar*.

Ao juiz de fora incumbiam a vigilância do cumprimento das obrigações da câmara e das questões de polícia seria responsabilizado o corregedor.

No dia 9 de Dezembro a falta de informações mais específicas sobre o aquartelamento das tropas, numa altura em que se constava que parte da divisão espanhola estava já em Viana, a câmara contacta o Corregedor para obter esclarecimentos sobre:

- o número de soldados que é necessário aquartelar;
- a necessidade de preparar quartéis ou aboletar os moradores da vila;
- a quantidade de farinha necessária para cozer pão, sendo que estavam já preparadas 277 rasas de farinha;
- o modo de pagamento destas despesas, uma vez que em Viana o Governador das Armas da Província mandou pagar os provimentos às tropas pela conta do Assento militar.

No decurso do mês de Março de 1808 os abastecimentos das tropas espanholas acantonadas na região continuavam a preocupar a câmara de Barcelos e o seu corregedor, que esteve presente na reunião da vereação do dia 8 de Março, em que foi apresentado um ofício proveniente do exército espanhol, a reforçar as advertências verbais feitas ao juiz de fora, a lembrar *nam terem*



*meios de sustentarem a ditta tropa mais que athe o dia de hoje incluzive*<sup>11</sup> e em forma de ameaça iam lembrando verbalmente ao ditto Ministro as funestas consequências que podiam rezultar da falta do necessario para o sustento da mesma tropa, pelo que solicitavam a atribuição de um conto de réis.

Juntamente com o procurador do concelho, o juiz de fora, vereadores e corregedor, decidiram que se lhe sobministrasse a porssam ordenaria para as cabalgaduras ou parelhas do transporte da artilharia, bem como a atribuição de oitenta réis cada dia a cada soldado, por ser esta a quoantidade que pelo governo e costume desta Provincia se tinha arbitrado a cada soldado portugues que andavam aboletados. Para pagar estas despesas e uma vez que os cofres do concelho não tem dinheiros que possam subministrar esta falta, foi convocado o superintendente das obras do encanamento do rio Cávado para emprestar a quantia de 400.000 réis a fornecer ao exército espanhol, na esperança de a referida quantia satisfizesse o comandante espanhol e assim evitasse o lançamento de uma contribuição aos povos da vila e termo.

Em Abril do mesmo ano são novamente referenciadas nas actas das vereações da câmara de Barcelos as questões com os abastecimentos da tropa acantonada na vila e que estivesse em trânsito, ao fazer-se o registo de uma ordem da Junta da Direcção dos Provimientos de Boca para o Exército dirigida ao corregedor da Comarca.

Outro aspecto que as actas das vereações municipais estudadas deixam transparecer, relativa à acção dos corregedores e das câmaras, diz respeito à contribuição extraordinária de guerra decretada por Napoleão.

Em 23 de Dezembro de 1807, Napoleão emitiu um Decreto, a partir do palácio real de Milão, onde impunha um contribuição extraordinária de guerra de cem milhões de francos ao reino de Portugal, para servir de resgate de todas as propriedades debaixo de quaisquer denominações que possam ser, pertencentes a particulares. Na sequência deste decreto, Junot decretou, a 1 de Fevereiro de 1808, uma contribuição extraordinária de 40 milhões de cruzados, repartida seis milhões de cruzados pelos negociantes, banqueiros e rendeiros das rendas e contratos, por intervenção da Junta do Comércio, pelo resgate de todas as mercadorias de origem inglesa confiscadas aos seus proprietários; por todo o ouro e prata de todas as igrejas, capelas e confrarias; 2/3 ou 3/4 do rendimento anual do rendimento anual dos bens, fundos ou capitais postos a juro pertencentes aos arcebispos, bispos, prelados superiores de ordens religiosas, congregações regulares e seculares; 2/3 do rendimento anual de todos os benefícios eclesiásticos

<sup>11</sup> Arquivo Municipal de Barcelos; Livro de registo de sessões da câmara, 1806-1810, livro n.º 36, fls. 89-90v.

de 600 a 900.000 réis ou 3/4 se for superior; 2/3 dos rendimentos das comendas das três ordens militares e da ordem de Malta; o duplo da contribuição anual de todos os donatários dos bens da Coroa; metade do preço anual dos prédios urbanos alugados; avaliação das casas em que habitam os proprietários; duas décimas de todos os proprietários de terras; uma soma igual ao rol dos impostos pagos por parelha de cavalos, machos de carruagem, cavalo de sela e por cada criado; soma igual à da contribuição para a polícia de cada casa e estabelecimento público.

Os arquivos municipais registam nos seus livros de registo geral cópia desta legislação, como é o caso da câmara de Barcelos e da câmara da Correlhã, depositados no Arquivo Municipal de Ponte de Lima, com a particularidade de muitos destes decretos terem sido posteriormente riscados, muito provavelmente depois dos acontecimentos de Junho de 1808.

Por eles, então, sabemos que o corregedor da comarca de Viana, Luís António Branco, remeteu à câmara de Ponte de Lima o aviso da Real Junta do Comércio, para se proceder a derrama por todos os negociantes, traficantes e rendeiros das rendas publicas e particulares<sup>12</sup>, datada de 24 de Fevereiro, que instruía os juízes de fora de aplicar a derrama, tendo a câmara decidido solicitar ao juiz de fora que marcasse o dia em que tal diligência se efectuaria.

O corregedor da comarca de Viana apresentou na vereação da câmara de 20 de Abril de 1808 a provisão da Real Junta do Comércio onde estava determinada a derrama de oito contos de réis sobre a vila e demais terras da comarca, o que foi unanimemente aceite por todos os presentes, juiz de fora, vereadores e procurador, *sem embargo do muito que este povo tem sofrido com o aquartellamento e aboletamento e athe com assistência de lenha, luz, cama e mais utensilios domésticos para as tropas espanholas aqui estacionadas e outras que por vezes tem transitado, entrando e votando para a Galisa*.<sup>13</sup> Preocupava-se, ainda, a câmara de Viana em efectuar o pagamento da primeira prestação da contribuição extraordinária de guerra dentro do prazo estabelecido por Junot para poder beneficiar da prorrogação de dois meses no pagamento das prestações seguintes.

<sup>12</sup> Arquivo Municipal de Ponte de Lima; Livro de vereações do senado da câmara de Ponte de Lima, 1807-1811, fls. 12-12v.

<sup>13</sup> Arquivo Municipal de Viana do Castelo; Livro dos actos de acórdãos e vereações do senado da câmara, 1806-1809, fls. 94v-95v.



Também o corregedor de Braga dirigiu um ofício à câmara de Braga para que procedesse à contribuição de dez contos de réis no âmbito das ordens recebidas da Real Junta do Comércio. Na sequência deste ofício, na vereação de 27 de Abril a câmara nomeou os informadores e louvados para a mesma contribuição, *e se derão as ordens necessarias em conformidade do mesmo oficio*.<sup>14</sup>

Também o corregedor da comarca de Valença, Francisco Xavier de Montes Magalhães, numa sessão da câmara de Valença, realizada no dia 1 de Maio, em que estavam presentes para além dos vereadores da referida câmara, os vereadores da vila de Caminha e os representantes da câmara de Valadares, apresentou a ordem recebida da Junta do Comércio para se repartir pela comarca quatro contos de réis no âmbito da mesma contribuição. Acordaram derramar esta contribuição pelos três concelhos da seguinte forma: Valadares: 1.970.700 réis; Valença: 1.402.300 réis; Caminha: 1.400.000 réis. De referir que logo dois dias depois o corregedor da comarca estava presente em vereação da câmara de Caminha onde é apresentado o acórdão da sessão feita na vila de Valença, para se proceder à derrama *nesta villa e termo a quantia de hum conto e quatro centos mil reis*<sup>15</sup>, o que parece denotar o empenho do corregedor no desenvolvimento deste processo.

Já as autoridades municipais vimaranenses não parecem ter sido tão diligentes em todo o processo conducente à plena obediência das ordens napoleónicas. Efectivamente, na sequência de um ofício enviado à câmara de Guimarães pelo seu corregedor, António Manuel Borges da Silva e pelo seu provedor, Manuel Marinho Falcão de Castro, em que se solicitava a nomeação de um ou mais condutores *abonados que a custa das despesas do Reino hajão de aceitar nesta villa todas as importancias sobreditas para as conduzir a Corte de Lisboa acompanhados do auxilio de tropa necessaria a sua sigurança*,<sup>16</sup> a câmara parece querer protelar o seu envio usando a argumentação que o decreto de 1 de Fevereiro obrigava apenas a entrega das mesmas rendas no recebedor geral das rendas e contribuições de Portugal, tendo já à câmara nomeado um recebedor para a comarca, pelo que seria ele o responsável pela sua entrega nas entidades centrais, *protestando porem sermos prontos não so para o que for Serviço Imperial Real a que de nenhum modo queremos escuzarmos mas tambem ao particular de Vossas Senhorias*.

Durante o período da ocupação francesa de finais de 1807 e primeiro semestre de 1808 detectamos ainda nas actas das vereações da câmara de Braga a intervenção do corregedor da

<sup>14</sup> Arquivo Municipal de Braga; *Livro das actas da câmara*, caixa n.º 28, livro n.º 56, fls. 138v-139.

<sup>15</sup> Arquivo Municipal de Caminha; *Livro de acórdãos da câmara*, 1799-1811.

<sup>16</sup> Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; *Livro das vereações do senado da câmara*, 1804-1809, fls. 114-114v.

Comarca de Braga, Bernardo José Passos, no sentido do cumprimento das ordens napoleónicas, quando este envia à câmara uma ordem, apreciada na sessão de 8 de Março, para riscar as armas da Casa de Bragança, o que também rapidamente foi cumprida, uma vez que a 23 de Março já se autorizava o pagamento de 1.690 réis ao guarda-mor, Francisco José Rodrigues, *da despeza que fez na execução de picar e riscar as armas da Caza de Bragança em concecoencia de hum ordem que a esta câmara veio deregida pelo Doutor Corregedor da Comarca*.<sup>17</sup>

Em Braga, outra questão em que o seu corregedor esteve envolvido durante o período da ocupação francesa tem a ver com a substituição da vereação da câmara às ordens do corregedor, o que sinteticamente apresentamos:

- Finais de 1807: o Arcebispo não procede à nomeação da nova vereação, mantendo em exercício a que estava em funções;
- 5 de Março de 1808: o corregedor pede informações à câmara sobre o dia da posse da actual câmara;
- 23 de Maio: o corregedor nomeia novos vereadores;
- 24 de Maio: o corregedor manda suspender a decisão que tinha tomado;
- 3 de Junho: o corregedor resolve revogar a suspensão de 24 de Maio e manda tomar posse aos novos oficiais da câmara;
- 4 de Junho: tomada de posse nova câmara;
- 8 de Junho: primeira reunião da nova câmara;
- 13 de Julho: decreto do Arcebispo suspendendo a câmara nomeada pelo corregedor, continuando em funções a anterior;
- 1 de Agosto: Junta Suprema do Porto sanciona a decisão do Arcebispo.

Os elementos disponíveis não nos permitem compreender todo o alcance desta questão que envolveu o corregedor e o arcebispo e o que pode ser entendida como uma necessidade de afirmação do poder estadual no domínio senhorial, sobretudo depois das leis de 7 de Julho de 1790 e de 7 de Janeiro de 1791, em que o corregedor ganha uma preponderância acrescida sobre os domínios municipal, judicial e militar, mas que podem também ser associadas ao partidismo francês a que este corregedor é conotado, de acordo com a perspectiva do anónimo

<sup>17</sup> Arquivo Municipal de Braga; *Livro das actas ... op.cit.*, fl. 135.



autor das *Memórias de Braga*<sup>18</sup>, o que aliado aos desenvolvimentos militares de Março de 1809, explicará a reacção popular traduzida no seu assassinato.

## 2.2. A participação dos corregedores nos movimentos restauracionistas de Junho de 1808.

Como referimos no enquadramento supra, o movimento restauracionista da autoridade do Príncipe Regente iniciado no Porto, rapidamente alastrou por toda a província do Minho e Trás-os-Montes, bem como no resto do país.

Pretendemos agora apenas situar a acção dos corregedores minhotos em todo este processo, identificando os locais onde se fez sentir a sua presença no acto restaurador.

A vila de Guimarães regista a eclosão deste movimento no dia 18 de Junho, pelas seis horas da tarde, depois de umas proclamações espanholas terem sido espalhadas na vila e na sequência de notícias relativas ao eclodir do mesmo movimento na Província de Trás-os-Montes. Sobre a origem do movimento, é curioso o texto da acta da vereação de câmara desse dia, já que modificações na redacção da referida acta em que é registado o movimento restaurador, alargam à câmara a iniciativa da restauração, quando numa primeira versão este tinha sido apresentado como uma intervenção que contou apenas com a participação popular<sup>19</sup>. Trata-se, claramente, de uma reescrita da História por parte de alguém que não queria ver secundada a actuação da câmara. José Acúrsio das Neves aponta o corregedor António Manuel Borges e o monsenhor Miranda como os principais agentes da restauração a que se agregaram os outros magistrados, o clero, a nobreza e o povo, o qual estava sempre pronto.

<sup>18</sup> As *Memórias de Braga, ou Relação História e Política dos principaes Sucessos acontecidos em Braga, desde o embarque do Principe Regente Nosso Senhor para o Rio de Janeiro, até a feliz Restauração do seu Legítimo Governo*, na Impressam Regia, Lisboa, 1809, de autor anónimo, não integra o corregedor no conjunto das autoridades locais cujo comportamento e zelo mereceria ser louvado: o Arcebispo, o Juiz de Fora, a câmara e o Deão do Cabido e Vigário Geral. Antes pelo contrário o corregedor é tratado como alguém que com *escrupuloza actividade* (pág. 8) procura fazer cumprir as ordens do governo francês, nomeadamente, mandando riscar os escudos das armas reais. Se a câmara, diz o autor anónimo das *Memórias*, protelava a execução do ordenado, o *corregedor da Comarca incumbido de participa-la, e dar conta dos resultados a lembrou algumas vezes* (pág. 11); como mesmo assim a câmara não obedecia a 17 do mesmo mez ( Março ) *elle repetio outro Oficio á Camara por hum Escrivão seu, em que pedia por Certidão o resultado da ordem á tanto tempo recebida, accrescentando, que elle devia leva-la para ser naquella dia enviada no Correio na fôrma determinada (...) as Armas forão picadas, porque o Corregedor instava que se picassem, em observancia da ordem* (pág. 11), rematava o autor destas memórias depositadas no Fundo Barca-Oliveira da Biblioteca Pública de Braga.

<sup>19</sup> Ver acta da vereação de 18 de Junho de 1808. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, *Livro das Vereações do Senado da Câmara de Guimarães, 1800-1809*.

José Acúrsio das Neves refere ainda o momento em que o corregedor da comarca de Guimarães, António Manuel Borges, estava numa janela de Jerónimo Vaz, no sítio do Toural, e um frade com uma espingarda apontada ao corregedor, gritou: *morra o corregedor que é um traidor*.

Em Viana, no dia 19 de Junho, o acto restaurador parece ter saído de uma iniciativa da nobreza e povo da vila, que convocaram a câmara e os mestres do povo, como se infere do texto do acórdão: *Ahi estando juntos a Nobreza, e Povo da Villa depois de Convocarem a Camera e Misteres do Povo e debaixo da presidência do corregedor interino, Dr. Domingos José Vieira a Mota Gomes*,<sup>20</sup> prestaram juramento de fidelidade ao Príncipe Regente D. João VI, *que antes nos governava*.

Em Braga, a aclamação do governo do Príncipe Regente e a restauração da autoridade da Família Real foram feitas a 20 de Junho de 1808.<sup>21</sup> José Acúrsio das Neves<sup>22</sup> aponta o dia 8 de Junho como a primeira tentativa de aclamação do governo português, feita pela mão do arcebispo de Braga, D. José da Costa Torres, que “mandou imediatamente descobrir as armas reais no paço arquiepiscopal, e passou ordem à igreja primacial para se restituir na missa a colecta pelo Príncipe Regente e mais pessoas da Real Família”<sup>23</sup>.

A liderança do processo da aclamação cabe a um conjunto de individualidades identificadas no termo de aclamação: D. Luís António Calado Furtado de Mendonça, deão da Sé Primaz, presente por comissão do arcebispo de Braga; o corregedor e provedor da comarca, Bernardo José Passos; o juiz do crime João Pereira Carlos Soares Azevedo; Manuel de Lima Abreu, deputado do Cabido; João Cabral Soares de Albergaria, deputado do Cabido;

No concelho de Barcelos o dia 20 de Junho foi, também, o momento da restauração do governo do Príncipe Regente e das autoridades nacionais sendo a responsabilidade do sucedido

<sup>20</sup> O corregedor proprietário, Frederico de Almeida Correia, encontrava-se impossibilitado de exercer o seu cargo, em virtude de se encontrar doente, desde o fim do mês de Abril.

<sup>21</sup> SOARES, Frei Joaquim, *Compendio historico dos acontecimentos mais celebres, motivados pela revolução da França, e principalmente desde a entrada dos francezes em Portugal até a segunda restauração deste, e gloriosa aclamação do Príncipe Regente o serenissimo Senhor D. João VI*, Tomo II, Lisboa, 1809, p. 8. O autor descreve a acção restauradora bracarense como uma iniciativa de dois clérigos, da Ordem de S. Francisco, Fr. Francisco de Senhora do Carmo da Ordem de S. Jerónimo e Fr. Francisco da Conceição, “que de Guimarães ali ( Braga ) forão fazer a Restauração, entrando naquella Cidade com huma Bandeira arvorada, e logo forão seguidos pelo Povo, a quem deo calor a alegria e prazer, que o Excellentissimo Arcebispo Primaz mostrou nesta accasião (...)”.

<sup>22</sup> NEVES, José Acúrsio das; “História ... op. cit., p. 67.

<sup>23</sup> IDEM; *Ibidem*.



imputada ao povo de Barcelos, que exigia a presença das autoridades instituídas em Barcelos no edifício dos Paços do Concelho. Presentes estiveram o corregedor da comarca, o provedor, o juiz de fora, os vereadores e o procurador do concelho, juntamente com o clero, a nobreza e o povo, este através do seu representante o dr. Manuel José de Araújo Costa.

A 21 de Junho a câmara de Vila Nova de Cerveira, procedeu à cerimónia de aclamação de D. João VI, como rei de Portugal, *a quem desde aqui aclamavam Rei de Portugal abemdo desde ja renunciado obdiencia a qualquer outro monarca*<sup>24</sup>, restabelecendo a autoridade nacional no concelho, na sequência de um ofício enviado pelo governador das armas da província do Minho e pelo corregedor da comarca de Viana. No entanto, esta não parece ser a primeira preocupação da nobreza e povo da vila, uma vez que o texto do acórdão se inicia com um requerimento destes corpos para que o Juiz, presidente da câmara, libertasse da cadeia João da Cunha Pereira Lacerda *e a todos os mais Prezos na Cadeia publica desta villa [...] por serem nesesarios a defeza de D. João digo a defeza da Coroa de Portugal*<sup>25</sup>.

No concelho de Ponte de Lima, o restabelecimento do governo nacional sucedeu no dia 22 de Junho, na sequência de um ofício enviado pela Junta de Viana, que a acta da câmara denomina, governo interino da Província, e que continha dezasseis capítulos relativos à forma de organização do governo provincial e dos modos e meios de defesa do território. Convocado o clero, a nobreza e o povo, para analisarem e votarem as propostas apresentadas pela Junta de Viana, *todos uniformemente declaram, que elles heram e tinham sido sempre amantes de sua patria, do seu Principe e da sua dominaçam Portugueza, e que sempre odiaram o jugo Frances, a que os tinham sugeito a força e a perfidia, que declaravam constrangida e involuntaria a execuçam que tinham dado aos Illegitimos Decretos do general Frances e se percizo hera reclamavam todos os actos practicados a este [...] que renovavam o seu juramento de fidelidade ao Principe Regente Dom Joam e a Sua Augusta Mai Maria Primeira e estavam promptos a derramar a ultima gota do seu sangue e a exaurir todos os seos cabedaes em beneficio da sua patria e do seu Principe, e que jamais mudariam de projecto, offrecendo as sua cabeças, como penhor desta promeça*<sup>26</sup>. De imediato decidiram pôr luminárias nas ruas durante três dias, assim como a realização de um *Te Deum* em acção de graças.

<sup>24</sup> Arquivo da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, *Livro de Actas da câmara de Vila Nova de Cerveira, 1802-1808*, acta de vereação de 21 de Junho de 1808.

<sup>25</sup> IDEM; *Ibidem*.

<sup>26</sup> Arquivo da Câmara Municipal de Ponte de Lima, *Livro de Vereações do Senado da Câmara de Ponte de Lima, 1807-1811*, acta de vereação de 22 de Junho de 1808.

### 2.3. Articulação dos corregedores com as instituições locais e regionais: governo das armas, câmaras e juntas de governo. A preparação da defesa (1808 e 1809).

Os corregedores vão desempenhar durante os períodos que se seguem às primeira e segunda invasões um papel significativo, tanto por força das funções na reorganização político-militar das suas comarcas, na segurança pública, na administração financeira, mas também através da articulação que vão estabelecer entre as câmaras e as juntas governativas concelhias e a própria Junta Suprema, muito centradas na necessidade de encetar todo um esforço reorganizativo da vida militar, por força das medidas tomadas por Junot que desorganizou a estrutura militar nacional, ao promover o desarmamento e o licenciamento dos diferentes corpos do exército. Os corregedores vão também colaborar na organização de inúmeros corpos de tropa voluntária, um pouco por todos os concelhos; colaboram ainda na angariação de donativos e na gestão das rendas públicas com vista aos diversos pagamentos que era preciso fazer com as tropas a criar e a reorganizar; promovem o recrutamento de voluntários; organizam serviço de estafetas militares; criam estruturas de transportes de apoio às movimentações dos exércitos; promovem a angariação de equipamentos para os hospitais militares.

A articulação dos corregedores com as restantes autoridades parece ser feita numa posição de subordinação tanto à Junta Provisional do Governo Supremo, como ao Governo das Armas da Província, mas nesta conjuntura as juntas concelhias procuram aproveitar esta estrutura para disputar aos corregedores competências que lhe estavam adstritas, nomeadamente a superintendência nas rendas públicas. Por outro lado o corregedor aparece a servir de elo de ligação e de intermediário entre a Junta Suprema e o Governo das Armas da Província, sobretudo nas questões de natureza militar, nomeadamente os recrutamentos.

Depois de ver reconhecida pelas principais câmaras e autoridades civis e militares da Província a autoridade suprema nas províncias do Norte, a Junta do Porto enviou uma ordem ao corregedor de Braga, em nome do Príncipe Regente, com um conjunto de atribuições e instruções que lhe caberiam pôr em prática:

- participar a todos os concelhos e autoridades civis e militares da comarca a constituição da Junta como uma autoridade suprema nas províncias do Norte que governará em nome do Príncipe Regente;
- promover a aclamação da autoridade do Príncipe Regente em todas os concelhos onde ainda não estivesse feita, usando a força militar contra quem resistir à proclamação da autoridade da regência;
- manter a ordem nas terras da comarca;



- promover a obediência às autoridades civis e militares que governam em nome do Príncipe Regente;
- elaborar uma relação exacta de todas as rendas, imposições e direitos reais cobrados na comarca;
- elaborar uma relação dos responsáveis pela arrecadação e pela remessa das rendas, imposições e direitos;
- remeter ao Tesouro Público todas as quantias já cobradas;
- promover a remessa das rendas que outros rendeiros já tenham cobrado.

No domínio militar é ampla a actuação dos corregedores minhotos, como se pode constatar, por exemplo no *Livro de cartas particulares e várias memórias*, depositadas no Arquivo Municipal de Braga e que contém muita da documentação relativa ao funcionamento da Junta de Braga. Desde logo a participação do corregedor vimezanense numa exposição à Junta de Braga, onde dando a conhecer os preparativos militares para combater os franceses em Amarante, fazem sentir a necessidade de solicitar ajuda militar a Braga, nomeadamente no apoio de armamento, pólvora e bala. Neste domínio o corregedor de Braga parece estar em perfeita sintonia com a Junta de Braga dispondo-se a receber da Junta *as ordens para executar nestas e quaesquer outras circunstancias a bem do Real Serviço do Principe Regente Nosso Senhor*<sup>27</sup>.

A necessidade de combater os franceses obriga ao recrutamento de população tanto para o exército de linha como para os corpos de ordenanças e de milícias, assim como para os múltiplos corpos de voluntários que se querem constituir um pouco por todos os concelhos. Nesta acção os corregedores vão estar particularmente envolvidos, articulando-se tanto com a Junta do Governo Supremo, como com o Governo das Armas da Província e as juntas existentes nas suas comarcas ou as respectivas câmaras. É o caso do corregedor de Viana que em 1 de Julho de 1808, dá instruções no sentido de proceder a recrutamento geral dos 16 aos 40 anos, com particular celeridade para a tropa de linha, bem como o corregedor de Barcelos, sendo que aqui haverá necessidade de ultrapassar um conflito entre o Governo das Armas da Província e da Junta de Barcelos, uma vez que o recrutamento que se estava a proceder para a tropa de linha, poderia pôr em causa a intenção de constituir um regimento de voluntários.

Os corregedores intervêm também no processo de pagamento das despesas efectuadas com as tropas, seja nos bens fornecidos aos exércitos, seja na organização de serviços de estafetas.

<sup>27</sup> Arquivo Municipal de Braga; *Livro de cartas particulares e várias memórias*, fl. 120.

Estando as rendas municipais depauperadas, as posições dos magistrados locais, nomeadamente em Braga e em Barcelos, e em que os corregedores participam, vão no sentido de se proceder ao pagamento dessas despesas através das rendas reais, como as sisas ou através da renda do encanamento do rio Cavado. É precisamente esta sugestão que a câmara de Braga propõe ao corregedor para se proceder ao pagamento de 324.350 réis que se gastaram em 1808 com a *tropa de Sua Alteza Real, ou a câmara de Barcelos, em 23 de Junho de 1808, que contou com a participação do corregedor para a organização de um serviço de estafetas entre Barcelos e a cidade do Porto ou a outra qualquer povoação*.

Também o processo de angariação de ofertas para o esforço de guerra é uma tarefa em que os corregedores se vão empenhar, havendo referências a este processo em Barcelos, precisamente para o funcionamento de um corpo de 200 voluntários, tendo para tal sido solicitada a colaboração de todas as corporações eclesiásticas, seculares e regulares, bem como a nobreza, os comerciantes e o povo, decidindo-se a afixação de editais e proclamas, *não devendo os habitantes deste termo esperar violencia para mostrar o seu zelo*<sup>28</sup>. Neste domínio o corregedor de Braga intervém mesmo junto do Arcebispo de Braga e do Cabido da Sé de Braga, *dignando-se participar-me não só a cota com essa sempre Illm<sup>a</sup> corporação se presta a esta requisição, mas também as quantias a que cada hum de seus illustres membros se quizer prestar*<sup>29</sup>.

Ainda no domínio militar o corregedor de Braga pede a colaboração do Cabido da Sé de Braga para fornecerem camas para o hospital militar que havia necessidade de montar na cidade, tendo o cabido fornecido 120.000 réis para a aquisição de camas para o hospital militar, as quais finda a guerra serão incorporadas no hospital civil.

No que concerne às preocupações com a segurança pública o corregedor de Viana escreveu ao juiz pela ordenação de Caminha para que a câmara procedesse à nomeação de quatro quadrilheiros e alcaides *a fim de se evitar a perturbação, comservar-se a tranquillidade e boa ordem*.<sup>30</sup>

<sup>28</sup> Arquivo Municipal de Barcelos; Livro de registo de sessões da câmara, 1806-1810, livro nº 36, fls. 119-119v.

<sup>29</sup> Arquivo Distrital de Braga; Livro dos acórdãos e lembranças dos Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido da Sé Primaz de Braga, 1806-1827, fl. 16v.

<sup>30</sup> Arquivo Municipal de Caminha; *Livro dos acórdãos da câmara*, 1799-1811.



#### 2.4. O corregedor das comarcas do Minho em 1809.

Em 1809 Soult vai criar o cargo de corregedor das comarcas do Minho, um pouco à imagem de Junot, que em 1808 tinha nomeado para todo o país corregedores mores para as províncias portuguesas, que assim procurava reformar a administração portuguesa à imagem do código napoleónico. Pelas Instruções para os Senhores Corregedores-Mor, de 2 de Abril de 1808, conhecemos as competências previstas para estes magistrados, que incidem na esfera da administração judicial, na vida política e administrativa, na administração financeira, mas também se preocupa com as funções sociais do concelho ao dedicar atenção às infra estruturas e aos serviços públicos, mas também uma política de fomento económico, com destaque para a agricultura e para o estado das vias de comunicação para fomento do comércio e da indústria, numa perspectiva de reforço das suas competências mas também abarcando algumas que estavam atribuídas a outros magistrados, alargando-as a um quadro geográfico mais lato que a comarca:

- Superintendência sobre os magistrados civis e criminais da comarca, tanto no que respeita aos processos gerais e particulares, bem como sobre as causas que desenvolvam;
- Aceitar requerimentos dos cidadãos para os remeter às entidades competentes;
- Auditoria a todas as comarcas e concelhos do seu “departamento”;
- Controlo do processo eleitoral para o concelho;
- Auditoria ao número de oficiais concelhios e proposta de redução do seu número;
- Verificação de incompatibilidades de interesses dos almotacés;
- Auditoria aos impostos ordinários e ao processo de cobrança;
- Auditoria aos bens da Coroa;
- Correição ao todos os lugares do “departamento”, verificando: estradas, pontes, edifícios públicos, médicos, cirurgiões e parteiras, polícia;
- Fomentar o desenvolvimento da agricultura, sobretudo a partir da acção dos grandes proprietários e das corporações religiosas;
- Prestar atenção ao estado da “navegação interior: comunicações, comércio e fábricas.

Não conhecendo o perfil de competências atribuídas ao corregedor das comarcas do Minho podemos caracterizar a sua actuação através da sua intervenção nas câmaras de Braga, Barcelos e Vila Nova de Cerveira, para as quais encontramos documentação.

A 19 de Abril de 1809, António José de Mesquita, corregedor desta cidade e câmara em observação dos decretos do *Exmº Senhor Marchal do Império, Duque de Dalmácia, Governador deste Reino como representante do Snr Imperador dos Francezes, Rey da Itália*, procede à eleição dos vereadores, procurador e câmara de Braga.

Nesse mesmo dia o corregedor das comarcas do Minho procede a uma audiência geral e de capítulos de molde a integrar os oficiais administrativos na nova ordem obrigando ao juramento de fidelidade a Napoleão todos os que exercem empregos públicos: autoridades constituídas, rendeiros e depositários das rendas reais ou rendas públicas, juizes ordinários e demais oficiais. Neste mesma ocasião é dada posse ao corregedor adjunto João António dos Santos, o qual intervém apenas numa das três vereações realizadas por esta câmara, precisamente para inquirir do arrendamento das rendas.

Em Barcelos este corregedor estabelece uma listagem de pessoas, representantes da câmara, do clero, da nobreza, dos letrados, dos negociantes e dos povos, eleitas para constituírem uma deputação a Soult, oferecendo-lhe e confirmando-lhe os votos de fidelidade e implorando-lhe a sua alta protecção e estima.

Não são muitos os elementos para podermos comparar a acção deste corregedor das comarcas do Minho com as competências atribuídas por Junot aos corregedores-mores, mas a constituição de um quadro geográfico mais alargado para o exercício da sua magistratura é bem patente nestas duas comarcas de uma área em que os franceses exerciam um controlo militar significativo.



### 3. Conclusão

Não são muito evidentes, pela análise que fizemos as razões que estiveram na origem do assassinato dos corregedores de Braga e de Barcelos em 1809, não era esta também a razão de ser desta comunicação. Eles foram tão só o exemplo acabado do ingrato papel que, nesta conturbada época, estes magistrados tiveram que desempenhar, exercendo funções em obediência a uma autoridade que desapareceu e que convidava a bem receber uma força ocupante estrangeira, e que tinha que se articular com autoridades locais que, inicialmente, tinham forçosamente que obedecer a uma força militar ocupante, mas que irão posteriormente assumir, por vontade própria ou forçada, um papel revolucionário, traduzido nos movimentos restauracionistas da autoridade do Príncipe Regente e de luta armada contra o ocupante.

Pese embora tenham desempenhado papéis de relevo nestes movimentos, participando nos actos de aclamação, organizando a defesa e preparando os exércitos, ou mesmo exercendo acções preponderantes na promoção do desenvolvimento económico e social dos povos de Barcelos<sup>31</sup>, parece nunca ter sido desculpado ao corregedor de Braga mandar picas as armas reais na câmara de Braga e a substituição de uma vereação nomeada pelo Arcebispo de Braga em plena ocupação francesa, assim como ao corregedor de Barcelos a redacção de uma carta enviada ao juiz de fora de Monção a persuadir que deixasse entrar os franceses por considerar não haver meios de defesa.

<sup>31</sup> CAPELA, José Viriato; *Vida e obra de João Nepomuceno Pereira da Fonseca. Discurso sobre as causas da decadência da agricultura alentejana. A sua actuação no concelho de Barcelos*, Separata de "Barcelos Revista", 2.ª série, n.º 7, 1996.